

The background of the cover is a textured, impressionist-style painting. It depicts a city street scene with a fountain in the foreground, a building with a doorway in the middle ground, and a sky filled with swirling, colorful brushstrokes. The overall style is reminiscent of J.M.W. Turner's work.

revista  
**CIDADES**

volume 12 | número 20 | 2015

**LEITURAS  
SOBRE  
A CIDADE**

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS DO EDITOR .....</b>	<b>01</b>
---------------------------------	-----------

*Silvana Maria Pintaudi*

### LEITURAS SOBRE A CIDADE

CAMINHOS DA PRODUÇÃO FINANCEIRIZADA DO ESPAÇO URBANO: A VERSÃO BRASILEIRA COMO CONTRAPONTO A UM MODELO .....	04
--	----

Directions of the financialized production of urban space: the Brazilian case as a counterpoint to a standard

*César Ricardo Simoni Santos e Daniel Sanfelici*

MERCADO IMOBILIÁRIO : LOCALIZAÇÃO E AMENIDADES URBANAS.....	35
---	----

Real estate market: location and urban amenities

*André Ximenes Melo e Sônia A. B. Ximenes Melo*

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO : ESCALAS, CONFLITOS E INCERTEZAS....	74
---	----

Planning and management of the territory: scales, conflicts and uncertainties

*Adriana Gelpi e Rosa Maria Locatelli Calil*

ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À CIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS A PARTIR DE ESTUDOS SOBRE O USO DE PARQUES URBANOS EM CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL NAS CIDADES DE SÃO PAULO E SOROCABA.....	105
--	-----

Public spaces and one's right to the city: theoretical and conceptual contributions based on studies of the use of urban parks in the context of spatial segregation of the cities São Paulo and Sorocaba

*Rosalina Burgos*

CIRCULAR, SANEAR E EMBELEZAR, SIGNOS URBANOS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE BURGUESA: FRANCA-SP (1890-1930) .....	141
--	-----

Circle, clean up and embellish, urban signs of the construction of the bourgeois city: Franca-SP (1890-1930)

*Dirceu Piccinato Junior, Ivone Salgado e Luiz Augusto Maia Costa*

A CENTRALIDADE METROPOLITANA EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS CENTROS E SUAS CENTRALIDADES.....	176
---	-----

The metropolis centrality in pieces: reflections on the new centers and their centralities

*Oséias Teixeira da Silva*

AS NOVAS FRONTEIRAS DA GENTRIFICAÇÃO NA TEORIA URBANA CRÍTICA ..... 207  
The new frontiers of gentrification in critical urban theory  
*Luís Felipe Gonçalves Mendes*

DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DA  
IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS INTEGRADAS AO SISTEMA ESPACIAL DO  
CAFÉ E FERROVIA..... 254  
The urban and territorial development of São Paulo State (Brazil) based from deployment of  
hydroelectric plants integrated into the space based system coffee and railways  
*Débora Marques de Almeida Nogueira e André Munhoz de Argollo Ferrão*

AS POSSIBILIDADES DE UM INSTRUMENTO: O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E  
SUA UTILIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE..... 281  
The possibilities of an instrument: the neighborhood impact study and its use in Belo Horizonte  
*Leonardo Barci Castriota e Lídia Fortini Veloso*

## **RESENHA**

SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES, PROCESSOS E DI-  
MENSÕES..... 306  
*Cláudio Smalley Soares Pereira*

**ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À CIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS A PARTIR DE ESTUDOS SOBRE O USO DE PARQUES URBANOS EM CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL NAS CIDADES DE SÃO PAULO E SOROCABA.**

**Rosalina Burgos**

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba  
rburgos@ufscar.br

**RESUMO**

O uso dos espaços públicos, no contexto do processo de industrialização-urbanização, historicamente se insere no centro do debate acerca das possibilidades, potencialidades e desafios das práticas socioespaciais que apontam para os sentidos do direito à cidade. Por um lado, estes espaços dão visibilidade à sociabilidade que revela quão complexa é a vida cotidiana nos centros urbanos, ao mesmo tempo em que desvela os limites e desafios das políticas públicas que melhor correspondam aos anseios da população, sobretudo para os segmentos populares inseridos no urbano periférico, em contextos de segregação espacial. A partir da análise de um conjunto de práticas sociais instauradas em parques urbanos, em estudos realizados na metrópole de São Paulo e na cidade de Sorocaba, foram tecidas considerações sobre os sentidos do direito à cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** espaço público, segregação espacial, direito à cidade, política pública, parque urbano.

**PUBLIC SPACES AND ONE'S RIGHT TO THE CITY: THEORETICAL AND CONCEPTUAL CONTRIBUTIONS BASED ON STUDIES OF THE USE OF URBAN PARKS IN THE CONTEXT OF SPATIAL SEGREGATION IN THE CITIES SÃO PAULO AND SOROCABA.**

**ABSTRACT**

The use of public spaces in the context of the industrialization-urbanization process historically inserts itself in the midst of the debate regarding the possibilities, potentials and challenges of socio-spatial practices and their relation to one's right to the city. On one side, these spaces provide visibility to the sociability that reveals

how complex everyday life is in urban centers, while at the same time, unveiling the limits and challenges of public policies that meet the population's desires, especially popular segments being inserted into rural areas in the context of spatial segregation. Through a group of social practices placed in urban parks in the metropolis of São Paulo and the city of Sorocaba, observations were made regarding the meaning of one's right to the city.

**KEY-WORDS:** Public space, spatial segregation, one's right to the city, public policies, urban parks.

### **ESPAÇOS PÚBLICOS E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL**

O debate sobre a temática relacional entre espaço público e esfera política, bem como em relação aos conflitos inscritos nos contextos de segregação espacial, apresenta-se aos estudos urbanos como necessário e fértil ao entendimento teórico e às proposições práticas – enquanto norteadores de políticas públicas – a respeito do direito à cidade. Parte-se do pressuposto do largo espectro de direitos, contribuições teóricas e práticas socioespaciais que conduzem à compreensão do que seja a temática do direito à cidade, tal como postulado pelas contribuições de autores consagrados internacionalmente, como Henri Lefebvre (1972; 1991; 2002; 2004 dentre outros) e David Harvey (2004; 2014 dentre outros), ou ainda Raquel Rolnik (1999; 2005; 2015) e Ermínia Maricato (2001; 2011; 2015), dentre outros como Angelo Serpa (2007), que se dedica ao debate sobre os espaços públicos, para citar apenas estes no contexto brasileiro<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O tema do direito à cidade vem sendo amplamente debatido na atualidade em eventos científicos e de formação, como o Seminário Internacional *Cidades Rebeldes: curso de introdução à obra de David Harvey*, organizado pela parceria SESC e Boitempo. Dentre os palestrantes houve participação de Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, reconhecidas pela trajetória acadêmica e participação junto à elaboração de políticas públicas relativas à questão e problemática urbanas.

No desenvolvimento da pesquisa “Parques públicos urbanos na metrópole de São Paulo: concepção e uso na produção do espaço”<sup>2</sup> e estudos mais recentes, observou-se nesta modalidade de espaço público – o parque urbano – um conjunto de fatores que potencializavam ou restringiam as possibilidades de realização plena dos sentidos da esfera pública, em estreita relação com a esfera política. Fatores como acessibilidade, histórico de criação do parque, infraestrutura do equipamento urbano analisado, bem como a relação do parque com o entorno foram considerados para abordar a magnitude das experiências de sociabilidade instauradas pelo uso destes espaços no cotidiano dos cidadãos. Nesta mesma perspectiva, o desenvolvimento da pesquisa “Valorização do espaço e segregação socioespacial na cidade de Sorocaba: implicações na vida cotidiana” (2012-2013) e, mais recentemente, do estudo “Valorização espacial e direito à cidade: contradições e conflitos da urbanização recente da cidade de Sorocaba (SP-Brasil)” (2015-2016)<sup>3</sup> vêm oferecendo subsídios à produção de conhecimento no âmbito da Geografia Urbana, buscando caminhos de compreensão sobre os conflitos instaurados no contexto da reprodução do espaço urbano sob a lógica da produção capitalista.

No escopo destes estudos, a esfera política é entendida, sobretudo, a partir das contribuições de Hannah Arendt (1981) no contexto da sociologia política: nela reside a prática consciente de sujeitos históricos, cientes de seu estar no mundo; é nela que a palavra ganha centralidade, onde o ver e o ser visto, onde ter algo a dizer e a ser ouvido dá sentido à existência e pertencimento social no mundo. Para a autora, o próprio mundo se faz real a partir da experiência da vida pública e política, em relação às quais a história da humanidade conheceu seus períodos sombrios, ditatoriais e de totalitarismos que negam, justamente, a liberdade e a igualdade.

---

<sup>2</sup> BURGOS, Rosalina. Parques públicos urbanos na metrópole de São Paulo: concepção e uso na produção do espaço urbano. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP, 2003.

<sup>3</sup> Os projetos citados foram contemplados com financiamento de apoio à pesquisa pelo CNPq.

No caso de São Paulo, o contexto urbano no qual cada um dos parques analisados está inserido<sup>4</sup>, ou seja, nas centralidades da metrópole ou em suas periferias urbanas, oferece-nos elementos importantes para analisar a relação entre espaço público e segregação espacial, em sua dupla caracterização: auto-segregação e segregação imposta (CORRÊA, 1999) que serão abordadas posteriormente neste artigo. Em relação às pesquisas com estudos de caso na cidade de Sorocaba, observou-se o embate entre a hegemonia da iniciativa privada em detrimento de políticas públicas que de fato equacionem problemas sociais, como é o caso do déficit habitacional<sup>5</sup>, num contexto de incremento generalizado de novos empreendimentos do setor imobiliário que define verdadeiros eixos de valorização imobiliária ao longo das principais avenidas.

Remontando às contribuições sobre o tema no âmbito da Geografia Urbana, destacam-se alguns dos primeiros estudos sobre a temática dos parques urbanos, realizados na passagem do século XX para o atual. Em Alvarenga e Silveira (2002), encontra-se a construção de um pensamento sobre as formas de apropriação e usos dos parques urbanos, a partir da análise realizada nas cidades de São Caetano do Sul e São Paulo. Neste trabalho, observa-se o movimento entre necessidade e direito do uso destes espaços, reconhecendo nesta prática a inserção do lazer numa sociedade urbana cujo tempo livre tende a ser capturado pelos apelos ao consumo, no contexto da cultura do *shopping center*. Observa-se, entretanto, uma revalorização dos parques urbanos para a prática esportiva e meditativa, no

---

<sup>4</sup> Parque Burle Marx (Panamby/Morumbi); Parque Santo Dias (Cohab Adventista/Capão Redondo); Parque Jardim Felicidade (Pirituba); Parque Santa Amélia (Cohab Encosta Norte/Itaim Paulista); Parque Luis Carlos Prestes (Butantã).

<sup>5</sup> “A cidade de Sorocaba enfrenta um problema de déficit habitacional que perdura há alguns anos. O município possui uma falta de 12 mil moradias de interesse social. São cerca de 70 bairros irregulares em Sorocaba, tais como a Vila Barão, Parque Laranjeiras, Jardim Ipiranga, João Romão, entre outros, situados nas periferias urbanas. Em termos de regularização fundiária, são aproximadamente 20 mil famílias, cadastradas pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária no período de 2010 a 2013. O plano do governo municipal anterior, de regularizar 100% dos casos, sequer atingiu 10% do total. Os denominados “núcleos habitacionais irregulares” somam 83 localidades, divididos em dois grupos: dez provenientes de antigos conjuntos habitacionais com irregularidades e o restante oriundo de ocupações por parte de famílias sem teto”. (BURGOS, 2015: 107)

“culto ao corpo e à mente”. Neste contexto tem se destacado as práticas orientais do *tai-chi-chuan* e *yoga*, além de outras mais comuns como a caminhada.

Antar Jr (1995), diferentemente, partindo da análise do lazer como instrumentalização do tempo livre, entende o parque como um objeto técnico que se insere no período técnico-científico-informacional, estando seu referencial teórico pautado na obra de Milton Santos.

Entende-se que em Alvarenga e Silveira (2002) há uma compreensão acerca da valorização dos parques urbanos enquanto espaços destinados às práticas de sociabilidade que permitem à sociedade urbana momentos de lazer, como necessidade ou direito ao ócio. Já em Antas Jr (1995) há uma crítica à instrumentalização do tempo livre, preenchido pelas práticas exercidas em espaços institucionalizados e normatizados. É o caso, por exemplo, do complexo conjunto de serviços de lazer e práticas esportivas do Serviço Social do Comércio - SESC. Embora este último ofereça condições de realização de uma esfera pública em suas unidades – principalmente em atividades que promovem debates, ou mesmo a partir da experiência de sociabilidade – não se trata de um espaço público propriamente dito, posto que, para além da grade de atividades constituída por atividades gratuitas e outras pagas (ou ofertadas gratuitamente somente para seu público alvo) são espaços normatizados por uma instituição que, definitivamente, não corresponde à esfera pública.

A escolha dos parques para estudo de caso revelou o conflito inerente à produção de um espaço que pode ser analisado ao mesmo tempo enquanto público e segregado. É na esfera pública destes espaços que insurge o movimento contrário ao da segregação; ou seja, o espaço público não deixa de existir em contextos de segregação espacial. Por outro lado, a segregação espacial se realiza na contramão do que possa ser a esfera pública: a potencialidade do encontro das diferenças, onde todos, com isonomia de direitos, possam compartilhar a experiência de estar e ser no mundo. Segundo Arendt (1981: 59; 62):

O termo 'público' denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) Em segundo lugar, o termo 'público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (...) A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns contra os outros, por assim dizer.

A dialética do público-privado está presente na formação das cidades desde os seus primórdios. Tal movimento redefine os usos e os significados dos referidos espaços, segundo as mudanças que paulatinamente ocorrem no modo como a sociedade os concebem, percebem e deles usufruem. Numa sociedade fundada em desigualdades sociais, tais transformações se dão sob forte implicação do ideário neoliberal presente nos projetos e ações políticas das classes ou grupos de poder, ainda que exista resistência pelo direito aos espaços públicos, engendrados pelos movimentos e lutas populares. Observa-se, contudo, que no decorrer do século XX, as classes dominantes brasileiras foram tendo seu projeto político direcionado pelos imperativos de uma economia de mercado que culminaria, já nas últimas décadas deste mesmo século, com o neoliberalismo. Neste contexto, com a primazia da iniciativa privada, observou-se uma crise generalizada da esfera pública no final do século XX no país. Privatizações e terceirizações marcaram o modo como o poder público direcionou suas ações e políticas setoriais, consolidando o modelo das Parcerias Público-Privado, as denominadas PPP's. Neste contexto, é evidente que o espaço público também foi redefinido.

Trata-se, portanto, de uma mudança estrutural. Se na transição do século XIX ao XX, e no decurso deste, os grupos sociais hegemônicos projetaram, nas principais cidades brasileiras, um ideário de espaço público como símbolo de modernidade à imagem e semelhança do que encontravam no urbanismo europeu e norte-americano, no final do século XX e início do atual, os grupos sociais de maior

renda parecem encontrar outro espaço que lhes sirva de espelho, do qual se apropriam pelo uso, cujos significados são próprios do mundo do consumo. Neste, todos os usos do espaço tendem a ser mediados pelos valores de troca, a exemplo dos *shopping centers*. Desta forma, a garantia de seu *status*, de seu signo de poder, não está mais na monumentalidade dos espaços públicos por elas idealizada e usufruída em outro momento do processo de urbanização. A elite contemporânea paga um preço, que somente ela pode, para usufruir de espaços de sociabilidade que nada têm de públicos e que muitas vezes nem estão na cidade, como os *resorts*, hotéis-fazendas, clubes privados, dentre outros. Contudo, há que se considerar uma mudança gradativa na última década em relação a um retorno à valorização dos espaços públicos, advinda inclusive de políticas públicas instauradas em cidades como Paris, Barcelona, São Paulo e até mesmo na cidade de Sorocaba – abordada de modo específico neste artigo - dividindo a opinião pública. É o caso, por exemplo, da ampliação das ciclovias (ou ciclo-faixas) e o fechamento total ou parcial de vias públicas aos domingos para o lazer, como vem ocorrendo na Avenida Paulista (metrópole de São Paulo) e na Avenida Afonso Vergueiro (cidade de Sorocaba).

Em contrapartida, consolida-se a difusão da rede de empreendimentos privados, como os já citados *shopping centers* e correlatos (*galerias* e *boulevards*) plenamente ajustados às vicissitudes da vida contemporânea. Estes empreendimentos incorporam na concepção de seus projetos arquitetônicos um conjunto de espaços como praças e “áreas de estar” (providas geralmente com bancos para assento, *wi-fi* e ambientação com ornamentos paisagísticos), mas que não se oferecem, em essência, como espaços públicos propriamente ditos. Neste mesmo contexto, firma-se uma progressiva desvalorização dos espaços públicos, nos quais se inserem os parques, praças e ruas, segundo preceitos de segurança frente ao acirramento da violência urbana que aprofunda os níveis de segregação, uma vez que os espaços públicos desvalorizados dão lugar à indigência, ao abandono e

à pobreza, sobretudo quando as administrações públicas negligenciam o público em detrimento dos interesses de reprodução do capital.

De acordo com Caldeira (2000: 313),

Numa cidade de muros e enclaves (...), o espaço público passou por uma transformação profunda. Vivenciado como mais perigoso, enquadrado por grades e muros, fragmentado pelos novos vazios e enclaves, privatizado com correntes fechando ruas, guardas armados e guaritas, o espaço público é cada vez mais abandonado pelas camadas mais altas. Na medida em que os espaços para os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado àqueles que não podem pagar para entrar.

Ainda em relação à dialética do público – privado, observa-se determinados projetos que se apresentam como restauradores do espaço público, tais como aqueles que propõem a revitalização dos centros históricos. Percebe-se a valorização espacial que promovem, com mecanismos que privatizam direta ou indiretamente edifícios históricos, mesmo quando nestes se pretende a construção de espaços culturais públicos, a exemplo dos centros culturais cancelados pelas instituições bancárias. Mas por qual preço e para quem?

A dialética dos espaços públicos – espaços privados, atrelada ao fundamento da propriedade privada, oferece certo nível de compreensão sobre as desigualdades sociais que se manifestam no espaço urbano com a segregação espacial. De acordo com Yázigi (2000: 34),

Em substituição ao rossio, às sesmarias, surge o lote urbano, criado e vendido por particulares, ocasião em que o Estado ou Município deixam de ser os únicos provedores. O espaço público necessário aos loteamentos adquire um novo caráter, e a própria relação público-privado vai se construindo, redefinindo as apropriações.

No caso específico dos parques, espaços públicos urbanos que estão presentes na cidade de São Paulo desde os primórdios do século XIX, e em Sorocaba desde 1968 (quando é inaugurado o Parque Zoológico Municipal de Sorocaba “Quinzinho de Barros”) assentam-se em terras públicas, ora originárias do antigo rossió, ora de processos de desapropriação, com tendência recente de serem criados quase que exclusivamente em áreas destinadas ao uso comum dos loteamentos, tendo destaque recente o modelo de parque linear construídos às margens dos rios. Neste sentido, é evidente o encontro entre a propriedade pública e o espaço público, inclusive com a possibilidade sempre latente de realização da esfera política.

A fronteira entre o público e o privado sempre foi repleta de reentrâncias, conflitos, interesses díspares ou convergentes, cumplicidades. Estes espaços foram regidos pelo poder clerical no período colonial, ou normatizados por leis dispersas na formulação de códigos de posturas que culminariam, já na República, no Código Civil, e daí por diante por toda sorte de reformulações. Foram acima de tudo produzidos pelos costumes, valores sociais de cada época, muito mais dinâmicos e complexos que os preceitos canônicos ou legais, assumindo significados específicos no referido contexto socioespacial. As desigualdades sociais que se perpetuam no país mostram o quanto a denominação república - organização política de um Estado com vista a servir à coisa pública, ao interesse comum<sup>6</sup> - expõe a atualidade deste debate e reflexão sobre o que é o espaço público.

Neste contexto pleno de contradições, firma-se o primado do espaço urbano como mercadoria, na fragmentação da cidade que se metamorfoseia em metrópole. Foi o caso de São Paulo e tudo indica ser também o processo recente de criação da Região Metropolitana de Sorocaba, institucionalizada em maio de 2014. Não só o poder público se encontra diante do desafio de caminhos mais assertivos para as políticas públicas desta cidade-sede da nova região metropolitana, mas a

---

<sup>6</sup>FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

própria iniciativa privada. Sintomático disto é a falência precoce de empreendimentos de grande porte ligados ao comércio e serviços, a exemplo do Shopping Santa Rosália (inaugurado no final de 2010) e do Shopping Plaza Itavuvu (inaugurado em meados de 2012), recentemente absorvidos pelo setor empresarial da área da saúde que absorveu parte das respectivas edificações transformadas em clínicas médicas e serviços laboratoriais. De fato, o setor da construção civil foi avançado nos últimos anos, transformando a cidade num verdadeiro canteiro de obras. Por sua vez, a natureza destes estabelecimentos, cujas atividades de funcionamento estão inseridas no setor de comércio e diretamente associadas ao poder de consumo, demonstra contradições no cerne do próprio capitalismo, uma vez que tais empreendimentos não obtiveram êxito.

Por sua vez, os espaços públicos se transformam continuamente, revelando os conteúdos das relações sociais presentes em cada cidade, tornando-se registros de tempos passados e indicadores do drama social urbano que se apresenta no presente, como um alerta para o futuro.

O espaço público não está em silêncio: é nele que os conflitos urbanos se revelam com sua potência para toda sociedade, deixando entrever os limites do modo de produção capitalista da cidade, indicando a necessidade de outra lógica de produção e uso dos espaços urbanos para a vida. A partir da análise das contradições sociais é possível a construção de uma crítica à produção e reprodução do espaço urbano sob a lógica perversa que reduz a cidade a um verdadeiro canteiro de obras que fraciona os espaços públicos enquanto sobras dos loteamentos<sup>7</sup>.

Neste contexto, os espaços públicos constituem um rico campo de investigação e descobertas para reflexões que buscam os caminhos possíveis para a interpretação da cidade hoje. Alguns questionamentos balizam a abordagem desta temática: haveria, no espaço público, uma esfera política capaz de se opor à lógica segregacionista dos espaços onde muitas vezes são criados? Estes espaços,

---

<sup>7</sup> Áreas comuns dos loteamentos, cuja dimensão e demais características são regidas por lei.

que muitas vezes conjugam a dupla característica de serem públicos e segregados, até qual medida se apresentam como espaços de realização da esfera política? Quais são os limites de sua realização plena enquanto lugar do encontro, do encanto, do lazer, do descanso? Quais estratégias do mercado imobiliário seguem direcionando as políticas públicas para criação de novos espaços públicos, com destaque para praças e parques, verdadeiros recursos paisagísticos de valorização de seus negócios? Como superar o descaso com que estes espaços – quando existem – são mantidos nas periferias urbanas, dilapidando seus significados na perda de suas condições de usufruto e práticas de sociabilidade?

Em que medida os espaços públicos, tais como os parques urbanos, implantados nas áreas mais valorizadas das cidades, seguem sendo públicos, se em sua concepção, uso e apropriação se fazem valer interesses privados, tornando-se uma espécie de moeda de troca no mercado imobiliário? Para esta reflexão, o Parque Burle Marx em São Paulo e o Parque do Campolim, em Sorocaba se apresentam como exemplos inseridos plenamente no processo de valorização espacial e auto-segregação nas respectivas cidades. Da mesma forma, Parques como Santo Dias (Capão Redondo) e Santa Amélia (Itaim Paulista) em São Paulo; Parque das Águas (Jardim Abaeté) e Parque Ipiranga (Jardim Ipiranga) em Sorocaba remetem às reflexões sobre a importância destes espaços públicos para as classes populares, na construção de uma crítica à segregação imposta (CORRÊA, 1999:64).

### **SEGREGAÇÃO ESPACIAL E O URBANO PERIFÉRICO**

A Geografia, e em especial a Geografia Urbana, apresenta importante contribuição teórica acerca da questão da segregação espacial, bem como acerca da dialética do público e do privado como conteúdos do processo de urbanização que estão nos fundamentos do que constitui o urbano e a cidade. Nesta perspectiva, os trabalhos desenvolvidos sobre a urbanização, em específico sob uma análise crítica da produção do espaço urbano, trazem esta discussão para a Geografia. Trata-se de uma crítica ao modo de produção capitalista da cidade, que se mani-

feira das mais diversas formas, na apropriação privada dos espaços públicos, situando o conflito frente às possibilidades de (re)instaurar o sentido pleno da realização da vida social, cultural e política no espaço urbano.

A segregação espacial, uma das categorias de análise dos estudos aqui apresentados, tem sido abordada por diversos pesquisadores em ciências humanas, tais como sociólogos, economistas, arquitetos e geógrafos. A literatura produzida é bastante diversificada em termos de abordagem metodológica, mas um aspecto está frequentemente presente: a segregação espacial analisada segundo os padrões residenciais e socioeconômicos das diferentes classes ou grupos sociais que produzem o espaço na (da) cidade.

Para diversos autores, estes grupos sociais conferem considerável homogeneidade aos fragmentos (entendidos como área social homogênea para alguns autores), do espaço urbano do qual se apropriam e grande disparidade entre os mesmos. Somente em alguns casos podem ser entendidos como bairros, sendo por outro lado muito expressiva esta característica na análise dos condomínios fechados. Outro aspecto que perpassa as abordagens sobre a análise da segregação espacial é considerá-la como uma tendência. De fato, a segregação espacial é um processo social que ganha sua materialidade, não sem resistências e conflitos, no modo de produção capitalista da cidade, cujo espaço urbano é fragmentado, hierarquizado, além de ser marcado pela diferenciação e homogeneização destas áreas. Nestas, as diferentes classes sociais tendem a ocupar lugares onde suas condições socioeconômicas lhes permitam viver. É a apropriação diferencial da cidade, dos seus bens materiais e simbólicos, que estão nos fundamentos da própria urbanização.

Assim sendo, é necessário compreender a segregação espacial como uma tendência, ou seja, como processo; analisar e entender seus conteúdos sociais que constituem as chamadas “áreas homogêneas”, ou espaços segregados, onde também se encontram diferentes modalidades de espaços públicos. Isto nos permite

uma abordagem do movimento da vida social que se materializa na produção do espaço, pleno de contradições e conflitos.

O processo de segregação espacial está diretamente vinculado aos espaços de existência e reprodução dos diferentes grupos sociais e revela a própria divisão territorial correspondente, daí ser analisado com relação às diferentes áreas residenciais, cujo conceito surge com a Escola de Chicago, com *Robert Park*, seguido por *Mackenzie*.

A segregação espacial é inerente ao próprio processo de formação das cidades que, segundo *Corrêa* (1999: 60):

Sua origem remonta ao próprio aparecimento das classes sociais e da cidade, que se verificam de modo simultâneo. (...) Trata-se, portanto, de um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista, ainda que sob a égide do capitalismo a segregação assume novas dimensões espaciais.

A literatura consultada sobre o tema apresenta, de um modo geral, seu referencial teórico sob influência internacional, principalmente francesa, mas também norte-americana, sendo *A questão urbana*, de Manuel Castells, e *O estado capitalista e a questão urbana* de Jean Lojkin, algumas das obras mais citadas pelos estudiosos do tema no Brasil. Em busca de conhecer e trazer esta discussão para nossos estudos é possível citar alguns autores que vem contribuindo para o desenvolvimento deste debate: *Martim Oscar Smolka* (1983), *Milton Santos* (1990), *Roberto Lobato Corrêa* (1997), *Flávio Villaça* (1998), *Raquel Rolnik* (1999) e *Teresa Pires do Rio Caldeira* (2000), dentre outros.

Contudo, de acordo com *Kowarick* (1994:49), *nada adianta começar um trabalho montando um arcabouço interpretativo baseado em Lojkin, Castells ou outros, para, numa segunda parte, analisar o que de concreto ocorre aqui e agora. O*

autor ressalta que, *ainda falta muito para se ter um esboço teórico das contradições urbanas e do caráter das lutas populares (...)*. Embora ele tenha se referido à temática central de seu livro *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*, também existe um processo de construção teórica sobre a questão da segregação espacial no Brasil.

Lojkine (1997:217) ressalta que mesmo ao se considerar que a política urbana não é uma planificação, ou seja, uma forma de domínio real da urbanização pelo Estado, nem por isso deixa de responder a uma lógica: à da segregação social. É o que o autor busca demonstrar ao analisar a estrutura do processo de criação da política urbana, com o processo de planificação e práticas de financiamento estatal da região parisiense na década de 60. Uma das expressões mais evidentes da intervenção estatal no espaço urbano das cidades é o zoneamento. Embora este tipo de plano só tenha se estabelecido de fato em 1972 na legislação paulistana, desde cedo esteve presente uma noção de que a legislação deve assumir o papel de proteger investimentos (seu papel positivo) e evitar conflitos derivados do contato entre usos e grupos sociais “indecentes e insalubres”<sup>8</sup> (ROLNIK, 1999:45). Nota-se neste papel atribuído às leis uma preocupação segregacionista e de mercado, uma vez que busca separar os diferentes grupos sociais – que também pode indicar formas de esvaziamento da esfera pública ao negar os conflitos derivados da diferença e da diversidade, além de preservar a garantia dos investimentos.

Se por um lado o poder público assume a tarefa de subsidiar serviços, complementando salários de uma forma indireta, subsidiando parcela do custo da reprodução da força de trabalho, por outro, ele acaba por contribuir com a acumulação capitalista, através dos lucros proporcionados à iniciativa privada. Soma-se a isto o fato de que, de um modo geral, o subsídio citado não consegue atingir aquela parcela da população trabalhadora de menor remuneração, acumulando-

---

<sup>8</sup> Ideias presentes no texto de Victor Freire, Diretor municipal de obras da cidade de São Paulo por trinta e sete anos (1899 a 1926).

se desta forma uma enorme dívida social urbana (FERNANDES, 1993:61). Ainda sobre este aspecto, segundo ROLNIK (1999:14),

mesmo quando a lei não opera no sentido de determinar a forma da cidade, como é o caso das nossas cidades de maioria clandestinas, é aí onde ela é mais poderosa no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos.

A legislação urbana, neste sentido, mais do que regulamentar a produção do espaço urbano, age na delimitação de fronteiras de poder e, desta forma, na formação de territórios no interior da cidade. Mas, como observa Rolnik (1999:28), podemos encontrar já no final do século XIX a emergência da segregação como elemento estruturador. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.

Neste sentido, apresenta-se a seguir algumas considerações sobre como a segregação é abordada por alguns autores brasileiros, ainda que sob influência europeia (especialmente francesa) em ordem cronológica de publicação das respectivas obras citadas.

Autores como Smolka, Corrêa, Villaça e Caldeira, um economista, um geógrafo, um arquiteto e uma antropóloga, buscam tecer uma definição para o termo segregação (social, espacial, social urbana, social no espaço, dentre outros):

Smolka (1983), no âmbito da economia, desenvolve a pesquisa “Estruturas intra-urbanas e a segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica”. Nesta pesquisa, resgata as contribuições teóricas sobre o tema presentes em Castells (1977) e em Lojkine (1977). Do primeiro, ele traz uma definição da segregação como processo:

Entende-se por segregação social urbana o processo segundo o qual o espaço é organizado em zonas com alto grau de homogeneidade social interna mas com grande disparidade entre uma e outra zona. Esta disparidade pode ser entendida não apenas em termos de diferença como também de hierarquia. (SMOLKA,1983:5)

A partir desta premissa, Smolka entende a segregação espacial (segregação social no espaço para ele), como um processo onde algumas áreas urbanas tendem a ser ocupadas por uma mesma classe social, ou, em suas palavras, “por populações de um mesmo segmento socioeconômico”. Deste processo resultaria a diferenciação entre áreas com crescente homogeneidade interna, e de forma hierárquica, no que se refere “ao padrão e tipo de habitação, acessibilidade a serviços públicos e/ou meios de consumo coletivo, formas e práticas de interação social e outros aspectos de natureza urbanística” (SMOLKA, 1983: 5).

O autor observa que, embora a definição apresentada se refira à segregação residencial, a mais frequentemente analisada entre os autores, ele ressalta em Lojkin (1977) outras formas do que chama de “diferenciação do espaço urbano, tais como segregação por extratos ou grupos sociais; divisão espacial de funções urbanas e ordenação segundo vantagens locacionais.”<sup>9</sup>

Smolka (1983:6) considera que o termo “segregação social no espaço” pode se referir a diversos cortes espaciais, como grupos de renda, étnico-raciais, idade, posição na estrutura ocupacional, entre outros, sendo que “o processo que determinaria uma destas modalidades de segregação social não é necessariamente independente daquele responsável pela outra modalidade; ou seja, a explicação de uma pode passar pela outra” (SMOLKA, 1983:6).

Corrêa, mais especificamente no livro Trajetórias geográficas (1997) ao tratar dos processos que estruturam o espaço urbano, considera a segregação

---

<sup>9</sup> Grifos do autor.

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

como um deles. Para o autor, enquanto os processos de centralização, descentralização e coesão referem-se principalmente às atividades industriais, comerciais e de serviços, “o processo de segregação urbana refere-se especialmente à questão residencial, relacionando-se muito mais, portanto, à reprodução da força de trabalho” (CORRÊA, 1997:131). Ao buscar uma definição para a segregação, o autor também recorre à Castells (1977): “a segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas’”<sup>10</sup>. Para Corrêa (1997:131), a segregação pode ser entendida a partir da análise de áreas segregadas, onde se verifica a tendência em apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela,

Uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional – operários, empregados de escritórios, profissionais liberais, diretores de firmas – instrução, etnia, fase do ciclo de vida – casais com crianças, casais idosos, solteiros – e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros de classe média com apartamentos, de baixa classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas, etc.<sup>11</sup>

As áreas segregadas são também classificadas como áreas uniformes e a diferença social entre elas é essencialmente em função da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa. Isto significa que, para Corrêa (1997), a segregação espacial – expressa por áreas segregadas e uniformes, deriva da distribuição da renda da população que implica no acesso diferenciado aos padrões residenciais e sua localização na cidade. A segregação se consistiria numa “projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução e a produção de residências na sociedade capitalista” (CORRÊA, 1997: 132).

<sup>10</sup> Nota do autor Cf. MANUEL Castells, La Cuestión Urbana, p. 204.

<sup>11</sup> Nota do autor: Sobre áreas sociais, resultado do processo de segregação, consulte-se: E. Shevky e W. Bell. Análisis de Área Social in Barcelona, 1º Volume, 337-392, 1974.

Villaça, em seu livro “Espaço intra-urbano no Brasil”, de 1998, também tece considerações sobre o conceito de segregação. Assim como os autores já citados, Villaça recorre à Castells (1978: 148-149) e à Lojkine (1981: 143). O autor trata da questão da segregação das classes sociais ao analisar o espaço urbano das metrópoles brasileiras e considera que sua estruturação seja comandada por este processo. A partir das considerações de Villaça, destaca-se a centralidade do conceito de bairro. Este nos possibilita uma análise mais complexa e detalhada do espaço urbano estudado. O entendimento sobre a segregação espacial está na compreensão sobre o que é a própria cidade: como esta se estrutura e como sua população vive. Ou seja, onde e como as diferentes classes ou grupos sociais podem e/ou escolhem morar. Assim, de acordo com Corrêa (1999: 63),

O como e o onde se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes. Esta tendência se afirma de modo mais marcante nos extremos da sociedade, isto é, nos grupos mais elevados e mais baixos da sociedade.

Ainda de acordo com Corrêa (1999:64), o processo de segregação se realiza como auto-segregação ou como segregação imposta: “a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”. Assim, a segregação espacial desvela aspectos importantes para a análise e compreensão da reprodução das relações sociais no processo de produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que expressa desigualdades socioeconômicas de nossa sociedade, em relação às situações que cerceiam o pleno direito à cidade, como observado nas periferias urbanas que sintetizam o *lócus* da denominada segregação imposta. Neste sentido, propomos uma reflexão acerca da relação centro-periferia e, com esta, a formulação da noção de urbano periférico. No escopo da pesquisa “Periferias urbanas da

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico”<sup>12</sup> foi desenvolvida esta noção para abordar os territórios empobrecidos no contexto de um urbano que se realiza e se reproduz de modo sempre incompleto. Ou seja, trata-se de territórios situados nos interstícios do urbano, seja nas periferias distantes ou nas centralidades, onde as possibilidades e potencialidades próprias da sociedade urbana não se realizam, ou se realizam de modo precário. Aqui reside um encontro com a questão da segregação imposta, ou seja, espaços destinados aos pobres urbanos que não são convidados a participar das promessas da urbanização... ao contrário! Caracterizam-se como espaços onde se desenvolvem um conjunto de estratégias de sobrevivência, como acesso à moradia e condições para reprodução da vida. Observa-se ainda a inserção possível no mundo do trabalho, no denominado circuito inferior da economia urbana, contribuição deixada por Milton Santos em “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”<sup>13</sup>. Por sua vez, no espaço urbano periférico também se constroem formas inusitadas de sociabilidade, posto que sem o sentido dado pela vida, e nela o lugar da festa, a vida é tradução da morte. A tríade tempo do trabalho, tempo da família e tempo do lazer, presente na obra de Henri Lefebvre (1991) acerca da vida cotidiana no mundo moderno, ganha lugar nesta reflexão sobre o urbano periférico e as formas de segregação espacial.

A noção de urbano periférico se refere à negatividade do urbano, no contexto da urbanização crítica (DAMIANI, 2004). O urbano periférico é próprio do denominado Nível Misto que corresponde ao especificamente urbano (LEFEBVRE, 1999). No urbano periférico estão presentes as contingências de uma urbanização restritiva, sobretudo para as classes e grupos sociais menos favorecidos (SEABRA, 2004:300) Assim, o urbano periférico ganha concretude no esfacelamento e ausência de uma cidade que poderia (e deveria) ser verdadeiramente para todos.

<sup>12</sup> Burgos, Rosalina. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2009. Publicada em livro pela Editora Humanitas em 2013.

<sup>13</sup> Livro publicado em 1979 e reeditado pela Edusp em 2004.

Esta urbanização nos afasta daquilo que foi preconizado como direito à cidade porque as exclusões, as separações (segregação espacial) e a violência generalizada definem um quadro de vida problemático (SEABRA, 2004:300) (...) O quadro de carências acumuladas está sob o domínio do urbano periférico. As periferias são urbanas, mas nelas o urbano é periférico, traduzindo-se como negação do direito à cidade.

## **PARQUES URBANOS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO**

Os parques urbanos estão presentes na metrópole paulistana desde o início do século XIX, ou final do século XVIII quando se dá a ordem para criação do Jardim Público, atual Parque da Luz, de 1798. Desde então, estes espaços passaram por transformações na forma pela qual são concebidos, percebidos e usufruídos. Mesmo que seja possível encontrar alguns aspectos da forma original até nos primeiros parques inaugurados na cidade de São Paulo, tais como Parque Trianon (Tenente Siqueira Campos), Parque da Luz e Parque Buenos Aires, é evidente que os usos e os significados destes espaços se transformaram tanto quanto as mudanças ocorridas nos conteúdos da urbanização.

A partir de alguns critérios, tais como: origem das terras (incorporadas à municipalidade no processo de abertura de loteamento); entorno do parque (caracterizado pela segregação espacial); relação do parque com o entorno (parques destinados preferencialmente à população local); zona do município de São Paulo (ao menos um parque para cada zona) – foram selecionados cinco parques para estudos de caso: Parque Burle Marx (no Panamby, zona sul), Parque Santo Dias (no Capão Redondo, zona sul), Parque Santa Amélia (no Itaim Paulista, zona leste), Parque Luís Carlos Prestes (no Butantã, zona oeste) e Parque Jardim Felicidade (em Pirituba, zona norte). Da zona central, foram considerados em termos históricos o Parque da Luz (inaugurado em 1834) e o Parque Trianon (antigo Parque Siqueira Campos, inaugurado em 1911). Veja o Quadro 01 a seguir:

**QUADRO 01**

<b>Parques públicos urbanos do Município de São Paulo: Estudo de caso</b>				
<b>Parque</b>	<b>Loteamento</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Dimensão*</b>	<b>Zona</b>
Santa Amélia	Santa Amélia	3,40	Vizinhança	Leste
Jardim Felicidade	Jardim Felicidade	2,88	Vizinhança	Norte
Luís Carlos Prestes	Rolinópolis	2,71	Vizinhança	Oeste
Santo Dias	COHAB Adventistas	13,40	Bairro	Sul
Burle Marx	Panamby	13,00	Bairro	Sul

Fonte: Bartalini (1999). Organização: Rosalina Burgos (2015)

\* Definição utilizada por Kliass (1993)

No período mais recente, destaca-se que na gestão Gilberto Kassab (2006 – 2012) criou-se novos parques no contexto da meta de 100 parques urbanos para a cidade de São Paulo. Porém, a maior parte dos mesmos apresentam problemas diversos<sup>14</sup> e mais se assemelham a praças equipadas, de dimensões territoriais circunscritas às áreas comuns de loteamentos, margens de rios e áreas de nascentes, características restritivas à especulação imobiliária. Os novos parques em São Paulo se caracterizam, majoritariamente, como parques lineares que ladeiam córregos e rios.

De um modo geral, os parques urbanos analisados se caracterizam como públicos e segregados. Neste contexto, a realização do sentido público destes espaços encontra-se em permanente conflito com o domínio do privado, seja em função dos interesses do setor privado (com destaque para o setor imobiliário)

<sup>14</sup> Observatório das metas. *Um ano depois, parques inaugurados por Kassab têm favela, lixo e escuridão.* Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, p. C6, mar/2012.

envolvido em seus processos de criação, seja na redefinição dos sentidos do espaço público em cada período histórico.

Veja-se uma breve comparação entre os Parques Trianon (inaugurado em 1911) e Burle Marx (inaugurado em 1995): o Trianon foi criado como parque privado integrante do empreendimento imobiliário que tinha a Avenida Paulista como eixo principal, sendo denominado originalmente de Parque da Avenida. Projetado pelo francês Paul Villon, em 1892, o Parque Villon, como passou a ser chamado, foi aberto ao público em 1911 com administração do poder público. No caso do Burle Marx, este foi o primeiro parque a ser criado como público com gestão da iniciativa privada. Estes parques têm em comum o objetivo com que foram criados: valorizar os empreendimentos imobiliários de seu entorno e servir seu público alvo (Jardim Paulista e Panamby, respectivamente). Embora o Parque Trianon tenha se transformado profundamente com as mudanças da dinâmica urbana da Avenida Paulista (que passou de eixo do loteamento Jardim Paulista para se tornar uma verdadeira centralidade urbana da metrópole paulista), é pertinente rememorar as origens daquele parque.

A pesquisa se pautou num referencial teórico em torno da tríade espaço público – segregação espacial – espaço privado, com realização de sistemáticos trabalhos de campo. Entrevistas foram realizadas, num total de duzentos questionários (quarenta em cada um dos cinco parques), com usuários e funcionários dos parques analisados. A seguir são apresentadas algumas considerações sobre dois parques urbanos em São Paulo: Parque Burle Marx e Parque Santo Dias.

O caso do Parque Burle Marx, caracterizado como uma nova forma de espaço público que nega o público ao publicizar o domínio do privado, é emblemático. Estar no Parque Burle Marx de forma distinta do seu “público alvo” é estar sujeito à vigilância privada que atua no sentido de proibir o ingresso “(...) de pessoas que agridam a moral e os costumes dos usuários do Parque”<sup>15</sup>. Seu público

---

<sup>15</sup> Trecho do Regulamento do Parque (Decreto 35.537 de 29/09/95).

alvo é composto por toda sorte de profissionais liberais (Questão sobre a Atuação profissional do entrevistado), que demonstram em sua grande maioria satisfação com o parque (Pergunta: Falta algo no Parque?). O desencontro entre estes níveis se demonstra claramente quando nele se insere o outro, o diferente. Em visita ao parque em finais de semana e principalmente em dia de feriado, foi possível observar a insatisfação dos grupos mais populares que estavam no Parque. Tal público oriundo dos bairros da periferia da zona sul de São Paulo (Capão Redondo, Jardim Ângela, Campo Limpo, Paraisópolis) reclamava da ausência de *playgrounds*, de permissão para andar de bicicletas, de quadras esportivas, lanchonetes, e da deficiência do transporte coletivo, uma vez que seu “público alvo” utiliza predominantemente o carro para ir ao Parque (Pergunta sobre o Meio de transporte para ir ao parque). O gesto de compartilhar o espaço de fato não chegava a acontecer. De um modo geral, o público alvo do Parque Burle Marx se concentra na área do gramado com as crianças (muitas vezes com babás vestidas de branco), enquanto os outros se concentram próximos ao lago, onde as crianças se divertem observando os peixes e patos que ali vivem. Em seu Regulamento de Uso, os objetivos vão bem além da preocupação com os atributos físico-naturais do parque. Ele preza pelo controle do fluxo de pessoas e das relações sociais passíveis de se realizarem no Panamby. Desta forma, ainda que o Parque apresente uma configuração espacial que permite a realização de eventos para um número considerável de visitantes, como seria o caso do gramado, isto não acontece. Este Parque foi concebido como contemplativo, contribuindo para assegurar a execução do Regulamento. Ainda assim, mesmo tendo que se submeterem a longas caminhadas, as classes ou grupos de menor renda dele usufrui, por considerá-lo o melhor parque mais próximo de onde moram. Ou seja, ainda que vigiado, o seu caráter contraditoriamente público permite o encontro/confronto dos grupos sociais diferentes. Ainda que não troquem palavra – o que para Arendt (1981) seria a própria experiência de mundo comum, a coexistência neste mesmo espaço possibilita a experiência da esfera pública.

Tão emblemático quanto o Parque Burle Marx é o Parque Santo Dias que, juntamente com o Parque Santa Amélia, expõem o outro extremo do processo de segregação. Brinquedos quebrados, bebedouros e quadras insuficientes, pichações, dificuldade de acesso, ausência de segurança, são apenas algumas expressões que se mostram na forma destes espaços, enquanto aspectos do seu abandono, tal como é a própria periferia. Revelam ainda a presença-ausente do Estado, que não investe na melhoria e preservação dos bens públicos (Pergunta: Falta algo no parque?). Contraditoriamente, é justamente em Parques como Santo Dias onde se encontrou maior número de pessoas que buscavam atividades para enfrentar problemas de saúde. Caminhadas, exercícios de relaxamento e meditação como *tai-chi-chuan* e *yoga*, capoeira, jogos educativos, destinados aos hipertensos, diabéticos, portadores de transtornos psicológicos entre outros. Estes grupos transformam de modo muito interessante estes parques, apropriando-se deles com uma declarada busca de sentido para a vida, intermediado pela parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Não foram raros os casos onde entrevistados em ambos os parques disseram frequentá-lo todos os dias (Pergunta sobre Frequência de ida ao parque), pois o uso do parque tinha mudado completamente suas vidas. Eis que o parque também se transformava com os usos instaurados por eles.

## **PARQUES URBANOS NA CIDADE DE SOROCABA**

Sorocaba é uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, situada acerca de 100 km da capital paulista e apresenta uma população estimada em torno de 660.000 habitantes (IBGE, 2015). O município é sede da recém-criada Região Metropolitana de Sorocaba – RMS desde maio de 2014. Reúne 26 municípios que totalizam cerca de 1,8 milhão de habitantes, sendo a 15ª região metropolitana mais populosa do país.

De uma área total superior a 450 Km<sup>2</sup>, mais de 350 Km<sup>2</sup> correspondem à área urbana consolidada. Na última década a cidade recebeu sucessivos projetos

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

---

de urbanização, com destaque ao sistema viário, incremento de novas grandes superfícies de comércio (*shopping centers*, hipermercados e atacadistas), apresentando notável dinamismo nos setores imobiliários e da construção civil, incluindo ainda ampliação de ciclovias com vistas a interligar um sistema de parques urbanos e praças equipadas. Em termos de seu processo histórico de formação territorial, já no chamado “ciclo do tropeirismo” (decorrido do século XVIII), encontram-se registros do desenvolvimento de atividades comerciais e manufaturas, tais como confecção de utensílios como facas e facões, objetos de couro destinados à montaria, bem como redes de pesca e também a fabricação de doces. Porém, será com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, no ano de 1875, que a cidade passa a deter um novo dinamismo, ficando conhecida como *Manchester Paulista*, em virtude da instalação de indústrias do setor têxtil de procedência inglesa. Observa-se que, no transcurso do século XX, Sorocaba conhece um período de decadência do ramo industrial, o qual foi retomado a partir da década de 70 com a confluência de indústrias de diversos setores produtivos, diversificando seu parque industrial, no contexto da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo. Nos últimos anos, incorporou um Parque Tecnológico, junto ao qual se destaca as instalações da Toyota do Brasil, ambos inaugurados em meados de 2012.

Numa breve periodização, a cidade de Sorocaba apresentou, ao longo do século XX, um processo de industrialização-urbanização que fundamenta a modernização das relações sociais neste território. Por um lado, este processo se caracteriza pela diversificação das atividades industriais, comerciais e de serviços conferindo um dinamismo próprio da sociedade urbana contemporânea, referentes à tríade produção, circulação e consumo, bem como os temas referentes ao mundo do trabalho. Por outro lado, a temática do direito à cidade, o uso dos espaços públicos, das experiências de sociabilidade e dinamismo da esfera público-política se fazem presentes, uma vez que é próprio da sociedade urbana o debate acerca do que se passa na vida cotidiana enquanto tempo do trabalho, da família e do lazer,

com a prática socioespacial correspondente, segundo as contribuições da obra de Henri Lefebvre (1991).

Sorocaba possui mais de vinte parques urbanos, dos quais sete apresentam áreas destinadas à preservação, sendo estas fechadas à visitação pública. Interessa-nos aqui o conjunto de parques abertos à visitação pública, os quais se apresentam de modo bastante diversificado em termos de atrativos da flora e fauna, equipamentos de esporte (tais como trilhas para caminhadas, quadras poliesportivas, pista de *skate* e ciclovias, dentre outros) e de recreação infanto-juvenil (destacando-se os *playgrounds*), além de elementos de importância ambiental e paisagística, tais como espelhos d'água, viveiros de mudas, árvores ornamentais. Destacam-se ainda elementos de infraestrutura, tais como bancos, quiosques, palcos, sedes administrativas, dentre outros, que dão suporte às atividades neles praticadas, possibilitando formas de usar o parque, incluindo as práticas contemplativas e de sociabilidade nestes espaços. Contudo, os elementos citados se apresentam de modo desigual no conjunto dos parques analisados. A seguir, são apresentadas considerações acerca de dois parques urbanos situados em contextos socioespaciais muito distintos: Parque “Carlos Alberto de Souza” ou Parque do Campolim (zona sul de Sorocaba) e Parque “Maestro Nilson Lombardi”, conhecido como Parque do Ipiranga (zona oeste de Sorocaba).

O bairro do Campolim se apresenta como uma nova centralidade na cidade de Sorocaba, desenvolvida em torno do eixo da Avenida Antônio Carlos Comitre. Caracteriza-se, desde a década de 1980, como um eixo de valorização espacial, com expressivo processo de verticalização, adensamento de edifícios destinados às atividades de serviço, além de condomínios residenciais fechados. O bairro teve sua origem como um loteamento planejado, principal referência espacial para empreendimentos de alto padrão, moldado por políticas de planejamento territorial.

Sposito (2006) indica que os primeiros condomínios fechados na zona sul de Sorocaba foram inaugurados na década de 1990, tais como os condomínios Ângelo Vial (1995), Bosque São Bento (1996) e o Residencial Tivoli Park (1999). Em relação à característica de segregação espacial presentes neste bairro (auto-segregação) Lomardo (2013: 48) relata que:

Algumas sinalizações na paisagem conotam essa característica homogênea e por vezes excludente do Parque Campolim e da Avenida Antônio Carlos Comitre. Os jovens oriundos de diversas regiões da cidade que aos finais de semana se utilizam do parque Carlos Alberto Souza para lazer, constantemente são abordados em *blitz*, isto quando não são dispersos pela Polícia Militar ou pela Guarda Civil Municipal. O carnaval do ano de 2012 foi emblemático neste sentido, quando o Parque Carlos Alberto Souza foi palco de um confronto intenso entre forças policiais e população, onde pequenos tumultos evoluíram para um enfrentamento generalizado. Há nestes fenômenos de festa ou de manifestações que se transformam em tumultos (como as que aconteceram em torno da questão do transporte público e da mobilidade urbana em junho de 2013) um embate também em nível simbólico entre Estado e população, em disputa pela territorialidade dos espaços públicos. (LOMARDO, 2013:48)

É neste contexto que se insere a concepção e uso do Parque “Carlos Alberto de Souza”. Equipado com espelho d'água, três pistas de caminhada (1.500m, 1.900m e 2.600m), ilha de alongamento e equipamentos de exercícios foi inaugurado no início dos anos 2000 numa bacia de contenção de enchentes (a exemplo de outros parques com esta mesma origem). O Parque do Campolim, como é popularmente conhecido, está plenamente inserido no contexto de valorização do seu entorno. O parque conta com eventos regulares organizados pela Secretaria Municipal de Cultura, cuja curadoria define seu público alvo, notadamente das classes médias. Em observações realizadas em incursões a campo, nota-se que o parque é predominantemente usado para práticas esportivas (tais como caminhada

e corrida) durante a semana (início da manhã e final da tarde), práticas que vêm se difundindo amplamente na atualidade, com destaque para as corridas patrocinadas com premiações aos participantes, com ampla adesão das classes médias e profissionais liberais que buscam qualidade de vida no contexto de suas rotinas que tendem ao sedentarismo dos escritórios. Aos finais de semana o parque recebe principalmente um público em torno das atrações culturais de projetos aos moldes das Parcerias Público-Privado, como é o caso do projeto “Viva a Cultura” ou “Viva a Praça”<sup>16</sup> Desde sua inauguração, inúmeros eventos reuniram público oriundo de toda a cidade de Sorocaba e municípios vizinhos (com destaque para Votorantim) mas despertou conflitos em relação aos usuários oriundos dos bairros populares da zona norte da cidade. A discrepância socioeconômica e cultural entre zona norte (populosa e popular) e zona sul (setor mais valorizado no mercado imobiliário) de Sorocaba são tão expressivas que conotam a conformação de uma cidade cindida, dual, contraditória e desigual. Por sua vez, a zona oeste (juntamente com a zona norte) da cidade apresenta bairros empobrecidos, com históricos problemas de regularização fundiária. É neste setor da cidade que vamos encontrar o Parque “Maestro Nilson Lombardi”, no Parque Ipiranga, com 70m<sup>2</sup>, tendo sido inaugurado em 2008. Este parque possui em sua infraestrutura: anfiteatro para 1.200 pessoas, ciclovia, pista de skate, duas quadras poliesportivas, pista de caminhada, espaços para alongamento e exercícios físicos e *playground* com 14 brinquedos (gangorra, escorregadores, gira-gira, balanços, escalada e fonte interativa). Criado ao lado Casa do Cidadão Ipiranga e da Área de Transferência de linhas de ônibus da Zona Oeste, numa área cujo entorno é marcado por ocupações e bairros populares, a exemplo do próprio bairro Jardim Ipiranga e o conjunto habitacional Júlio de Mesquita. Em visita ao Parque, observou-se intenso uso do seu espaço por um público composto por diversificada faixa etária, com destaque para

---

<sup>16</sup> Projetos contratados pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, executados pela empresa Carlos Madia produções artísticas.

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

os jovens. Em relação aos eventos culturais, diferentemente do que ocorre sistematicamente no Parque do Campolim, observou-se o uso e apropriação deste espaço com eventos organizados pela própria população a exemplo do denominado “Musicada”, um festival cultural que reúne artistas independentes em torno de apresentações musicais, exposições artísticas dentre outras modalidades de atividades de cultura. Este Parque vem recebendo eventos ligados à Virada Cultural que acontece anualmente em todo o Estado de São Paulo. Durante a programação, o parque se potencializa enquanto expressão de espaço público, pois recebe um público muito diversificado, oriundo de toda a cidade e para além dela. Outros equipamentos existentes no entorno, como a já citada Casa do Cidadão (serviços diversos ligados à Prefeitura e órgãos que prestam serviços aos cidadãos), mas também o Território Jovem e Oficina do Fazer (equipamentos públicos municipais que oferecem atividades de formação e recreação para a população infanto-juvenil e adulta) conferem ao entorno do Parque uma esfera de sociabilidade num contexto de segregação imposta. A população de bairros populares como Vila Barão e Vila Nova Esperança, considerados dentre os mais empobrecidos e problemáticos da cidade, tem neste Parque e nos equipamentos públicos do seu entorno, uma espécie de centralidade urbana. Ou seja, mesmo num contexto de segregação imposta, o Parque “Maestro Nilson Lombardi” se oferece à prática do encontro e da realização da esfera pública, ainda que perpassada pelos cerceamentos da vida cotidiana na periferia urbana.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Para abordar a temática do direito à cidade, esta deve ser compreendida como obra que resulta de um processo social histórico. Ou seja, a cidade é obra da ação de agentes sociais diversos, interesses múltiplos, lugar do trabalho e da festa,

de tensões e conflitos que se revelam nos espaços públicos, sendo um campo sempre aberto para o possível, em contraposição ao pensamento sobre a cidade como produto, lócus de reprodução privilegiada do capital.

Desde a cidade antiga, o sentido da relação entre espaço público e espaço político se perpetua; um implica o outro, transformando-se permanentemente. No espaço público e político tudo está em movimento. Este é pleno de contradições, conflitos e possibilidades, daí a necessidade sempre latente, urgente e gritante do debate sobre o direito à cidade.

De acordo com o Estatuto da Cidade, denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira, destacam-se como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade. Ou seja, para que a temática e problemática do direito à cidade possam ser abordadas, é necessário considerar, ao menos, estas duas premissas: a participação popular na definição das políticas públicas locais e o acesso à moradia, observando-se não apenas as condições de habitabilidade da mesma, mas também de realização plena da vida em seu entorno no contexto da cidade como um todo. Veja-se o caso de Sorocaba: a cidade apresenta hoje cerca de 660.000 habitantes (IBGE, 2015), sendo que a região por ela polarizada apresenta aproximadamente 1,7 milhão de habitantes. Caracteriza-se como uma cidade média em processo de valorização espacial com expansão dos negócios privados (condomínios fechados de diversos padrões e o conjunto de *shopping centers* e hipermercados, dentre outros). Não por acaso, formalizou-se como sede da recém-criada Região Metropolitana de Sorocaba, reunindo 26 municípios, apontando para a necessidade de planos e ações que extrapolam os limites territoriais municipais. Neste contexto, emerge um diversificado quadro de demandas sociais, que vão desde melhores condições de saúde, transporte, habitação, educação, até os anseios pelo acesso à cultura e ingresso no ensino superior e melhores oportunidades no mercado de trabalho por parte da população jovem.

De um lado, observa-se o conjunto de instrumentos do planejamento participativo junto aos debates e deliberações das Conferências Municipais, Conselhos e Fóruns, bem como nas Audiências Públicas. Mas por outro lado, a cidade que abriga uma miríade de condomínios fechados e *shopping centers*, apresenta um déficit de moradia social de mais de dez mil unidades (SECOVI, 2013). O processo de remoção de áreas ocupadas que vão cedendo lugar aos novos eixos de valorização espacial (como o programa viário denominado “Sorocaba Total” e o conjunto de desapropriações e remoções correlatas) e alocação da população pobre nas periferias distantes parece não dar conta do já referido déficit habitacional. É desejável que o modelo “Habiteto”<sup>17</sup>, localizado na periferia distante da zona norte de Sorocaba, não seja novamente adotado. Porém, não há como deixar de citar o Conjunto Habitacional “Residencial Carandá” do Programa Nossa Casa (financiado pelo Minha Casa Minha Vida) que está sendo construído, mais uma vez, no extremo da zona norte da cidade, numa localidade ainda carente de infraestrutura e serviços públicos básicos. Sua inauguração foi condicionada à implantação dos serviços básicos, área para comércio e linhas de ônibus, numa demanda da população junto ao Ministério Público.

Nesta dinâmica de enfrentamentos entre os sentidos do público-político em embate com a hegemonia dos interesses privados, a crise urbana vai cedendo lugar à anti-cidade: a experiência da vida de bairro com espaços públicos, o uso de praças e parques, calçadas e ruas vão dando passagem aos grandes empreendimentos privados, à frota crescente de automóveis particulares, aos muros erguidos sob a retórica da segurança e do anonimato. Mas, qual cidade a população deseja? Como a gestão municipal, através das políticas públicas pode pleitear um

---

<sup>17</sup> O Conjunto Habitacional “Ana Paula Eleutério”, popularmente conhecido como Habiteto, marcou uma política habitacional alvo de processos junto ao Ministério Público. No período do governo de Renato Amary (PSDB 1996 – 2004) diversas remoções de áreas de ocupação e formação de favelas foram realizadas em toda a cidade, dando lugar ao processo de valorização espacial, fortemente acompanhado em paisagismos para embelezamento dos canteiros centrais das principais avenidas. A população residente naquelas áreas foram em massa alocadas no referido conjunto habitacional que em sua origem era formado por barracos de madeiras e lonas, sem qualquer infraestrutura.

caminho que culmine com um espaço urbano mais democrático e igualitário? Eis a arena, o espaço público e político dos movimentos sociais que questionam a função social da propriedade, como reivindicam historicamente os sem-teto nos grandes centros urbanos já providos de toda infraestrutura enquanto mantem edifícios desocupados, muitos em situação jurídica que os tornam objetos da política de reforma urbana.

Qual caminho trilhar? Aquele que promova o sentido de pertencimento, de participação. Para isto, veja-se os princípios do Estatuto da Cidade, com os instrumentos inscritos nas Conferências Municipais, tais como Conselhos Municipais e Fóruns, as Audiências Públicas sobre políticas públicas, dentre tantos outros nas diferentes instâncias, entidades e instituições comprometidas com o direito à cidade.

Por fim, nos espaços públicos é onde emergem e eclodem manifestações populares diversas, cuja visibilidade alcançada se projeta para o mundo, evidenciando a estrutura social desigual, as demandas sociais não atendidas de forma plena, mas também as possibilidades de transformação. Os fundamentos da desigualdade se projetam publicamente e em escala ampliada fazendo uso das redes sociais e mídias alternativas. Diferentes grupos com agendas reivindicatórias, tão diversas quanto suas origens, encontram-se e se fortalecem nos processos de construção de políticas públicas que abrem espaços participativos onde o poder hegemônico reiteradamente busca impor o silêncio e a apatia. Por sua vez, um grande desafio é reservado aos espaços urbanos periféricos, nas vastas e problemáticas periferias onde a crise urbana parece nunca ter fim... onde o direito à cidade parece sempre distante do alcance daqueles que vivem a cidade pelo avesso. Buscando formas criativas (em seu duplo sentido) de reinventar sua existência e permanência no urbano, os pobres urbanos seguem reinventando estratégias de sobrevivência. Mas, como já dizia Milton Santos (2002) é dentre os pobres, homens lentos que (sobre)vivem nos denominados espaços opacos, que o impacto

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

da novidade é potencialmente transformador. A esperança do devir, de uma outra urbanização possível, também se encontra, latente-potente, no urbano periférico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Rogério. *Os parques urbanos de São Caetano do Sul: sua inserção e apropriação no processo de urbanização*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. *Espaços públicos de lazer: globalização e instrumentalização do tempo livre na Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP. São Paulo, 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

BARTALINI, Vladimir. *Os parques municipais de São Paulo. Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo : FAU/USP, 09 : 125-148, dez. 1996.

BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese de doutorado apresentada à FAU/USP, sob orientação do Profo. Dr. Flávio Villaça, 1999.

BURGOS, Rosalina. *Pesquisa qualitativa: reflexões geográficas a partir de um estudo de caso sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba – SP*. Pelotas: Revista Geographia Meridionalis, v. 01, n. 01, junho/2015. Pp.145-159

BURGOS, Rosalina. *Parques públicos urbanos na metrópole de São Paulo: concepção e uso na produção do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP, 2003.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2009.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico*. São Paulo: Humanitas, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo : Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa; Carlos, Ana Fani Alessandri; Seabra, Odette Carvalho de Lima (orgs). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo : Contexto, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* . Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAWAI, Célia Seri. *Os loteamentos de traçado orgânico realizados no Município de São Paulo na primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de Geografia/FFLCH/USP, 2000.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo : Pini, 1993.

KOWARICK, Lúcio. *El precio del Progreso: Crecimiento Económico, Expoliación Urbana y la Cuestión del Medio Ambiente*, in Sunkel, O. e Glico, N. (Orgs.). *Estilo de Desarrollo y medio Ambiente en la América Latina*. México : Fondo de Cultura Económica, 1980.

Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: El derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LEFEBRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMARDO, Juan. *Novas centralidades urbanas e segregação socioespacial: um estudo comparativo entre os eixos de expansão urbana das zonas norte e sul da cidade de Sorocaba*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Sorocaba: UFSCar, 2013.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo : Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo : Studio Nobel : Fapesp, 1999.

ROLNIK, Raquel. *Plano Diretor Participativo - guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. 2. ed. Brasília: Ministério das Cidades : Confea, 2005.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. 2ªed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo : Nobel : Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia*. Boletim Paulista de Geografia nº 74. São Paulo: AGB, 1996. p.7-21.
- SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SILVEIRA, Roberto da Silva. *Cidade e lazer em São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP. São Paulo, 2003.
- SMOLKA, Martim Oscar. *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: PNPE (Série Fac-Símile, nº 13), 1983.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil*. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo : Studio Nobel, FAPESP. Lincoln Institute, 1998.
- YAZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo : Humanitas, Imprensa Oficial, 2000.